



LEI Nº 277, DE 25 DE ABRIL DE 2006.

=Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Espírito Santo do Turvo e dá outras providências.=

LUCIANA MARIA RETZ, Prefeita Municipal de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Artigo 1º – Fica criado o CONTUR- Conselho Municipal de Turismo, que se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico da cidade de Espírito Santo do Turvo.

§1º – O Presidente será eleito na primeira reunião dos anos ímpares exceção feita quando da montagem inicial do Conselho, o que pode ocorrer em qualquer época.

§2º- O Secretário Executivo e o Secretário Adjunto serão designados pelo presidente eleito.

§3º – As entidades de iniciativa privada acolhidas neste Decreto indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por quem os tenha indicado.

§4º- Na ausência de Entidades Específicas para outros segmentos, as pessoas que os representem poderão ser indicadas por profissionais da respectiva área ou, então, pelo CONTUR, desde que haja aprovação de dois terços dos seus Membros, podendo ser reconduzidas por quem os tenha indicado.

§ 5º- As pessoas de reconhecido saber em suas especialidades e aquelas que, de forma patente, possam vir a contribuir com os interesses turísticos da cidade poderão ser indicadas pelo CONTUR para um mandato de dois anos, com a



aprovação de dois terços dos seus Membros e, também, poderão ser reconduzidas pelo CONTUR.

§ 6º- Os representantes do Poder Público Municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a um terço do CONTUR, serão indicados pela Prefeita e terão mandato até o último dia dos anos pares, também podendo ser reconduzidos pela Prefeita.

§ 7º- Para todos os casos dos parágrafos 3,4,5 e 6 do presente artigo, após o vencimento dos seus mandatos, os membros permanecerão em seus postos com direito à voz e voto enquanto não forem entregues à Presidência do CONTUR os ofícios com novas indicações.

§ 8º- As indicações citadas nos parágrafos 3,4 e 5 deste Artigo poderão ser feitas em datas diferentes, em razão das eleições em diferentes datas nas entidades e, portanto, com diferentes datas para o vencimento dos seus mandatos, datas que serão controladas pelo Secretário Executivo.

§ 9º- Em se tratando de representantes oriundos de cargos estaduais ou federais, agraciados por esta Lei, automaticamente serão considerados membros aqueles que sejam os titulares dos cargos e os quais indicarão os seus respectivos suplentes.

Artigo 2º – O CONTUR fica assim constituído:

Representação do Poder Público:

a) Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo;

b) Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Representação da Iniciativa Privada:

a) Um representante titular e um suplente dos comerciantes;



b) Um representante titular e um suplente do setor hoteleiro e ou restauranteiro;

c) Um representante titular e um suplente das Associações sem fins lucrativos;

d) Um representante titular e um suplente dos proprietários rurais.

Artigo 3º – Competente ao CONTUR e a seus membros:

a) Avaliar, opinar e propor sobre:

a. 1- Ao política municipal de turismo;

a .2- as diretrizes básicas observadas na cidade política;

a .3- planos anuais ou tri anuais que visem o desenvolvimento turístico;

a .4- os instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico;

a .5- os assuntos atinentes ao turismo que lhe forem submetidos.

b)- Diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município e orientar a melhor divulgação do que estiver adequadamente disponível;

c)- Programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico para a cidade e região, ouvindo observações das pessoas envolvidas mesmo que estranhas ao Conselho, bem como de pessoas experientes convidadas.

d)-Manter intercâmbio com as diversas entidades de turismo, do Município ou fora dele, sejam ou não oficiais, para um maior aproveitamento do potencial local.

e)- Propor resoluções, instruções regulamentares ou atos necessários ao pleno exercício de suas funções, bem



como, modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares que dificultem as atividades de turismo em seus diversos segmentos;

f)- Propor programas e projetos nos segmentos do turismo visando incrementar o fluxo de

turistas e de eventos para a cidade;

g)- Propor diretrizes de implementação do turismo através de órgãos municipais e os serviços prestados pela iniciativa privada com o objetivo de prover a infra-estrutura local adequada à implementação do turismo em todos os seus segmentos.

h)- Promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo do município participando de feiras, exposições e eventos, bem como apoiar a prefeitura na realização de feiras, congressos, seminários, eventos e outros, projetados para a própria cidade;

i)- Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município, emitindo parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da Indústria Turística em geral;

j)- Colaborar de todas as formas com a Prefeitura e suas Secretarias nos assuntos pertinentes sempre que solicitado.

k)- Formar grupos de trabalho para desenvolver os estudos necessários em assuntos específicos, com prazo para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório ao plenário.

l)- Sugerir medidas ou atos regulamentares referentes à exploração de serviços turísticos no Município;

m)- Sugerir a celebração de convênios com Entidades, Municípios, Estados ou União, e opinar sobre os mesmos quando for solicitado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRÍTO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

n)- Indicar, quando solicitado, representantes para integrarem delegações do Município a congressos, convenções, reuniões ou novos acontecimentos que ofereçam interesse à Política Municipal de Turismo;

o)- Elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município.

p)- Monitorar o crescimento do turismo no Município, propondo medidas que atendam à sua capacidade turística;

q)- Analisar reclamações e sugestões encaminhadas por turistas e propor medidas pertinentes à melhoria da prestação dos serviços turísticos locais;

r)- Conceder homenagens às pessoas e instituições com relevantes serviços prestados na área de turismo.

s)- Eleger, entre os seus pares, o seu Presidente em escrutínio secreto na primeira reunião do ano ímpar, e;

t)- Organizar e manter o seu Regimento Interno.

Artigo 4º – Compete ao Presidente do CONTUR:

a) Representar o CONTUR em suas relações com terceiros;

b) Dar posse aos membros do CONTUR;

c) Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;

d) Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões, cujo espaço não poderá ser superior a 60 dias;

e) Indicar o Secretário Executivo e, quando necessário, o Secretário adjunto ;

f) Cumprir as determinações soberanas do Plenário, oficiando os destinatários e prestado contas da sua agenda na reunião seguinte;



g) Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por dois terços de seus membros; e

h) Proferir o seu voto apenas para desempate.

Artigo 5º- Compete ao Secretário Executivo:

a) Auxiliar o presidente na definição das pautas;

b) Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;

c) Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;

d) Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do CONTUR;

e) Prover todas as necessidades burocráticas;

e

f) Substituir o Presidente nas suas ausências.

Artigo 6º – Compete aos membros do CONTUR:

a) Comparecer às reuniões quando convocados;

b) Em escrutínio secreto, eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo em Espírito Santo do Turvo;

c) Levantar ou relatar assunto de interesse Turístico;

d) Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento turístico do Município e da Região;

e) Não permitir que sejam levantados problemas político partidários;



f) Constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário; e

g) Cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do CONTUR;

h) Convocar, mediante assinatura de vinte por cento dos seus membros, assembléia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando este Estatuto ou o Regimento Interno for afetados;

i) Votar nas decisões do CONTUR.

Artigo 7º- O CONTUR reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por mês perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quorum trinta minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data e em qualquer local.

§ 1º- As decisões do CONTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos parágrafos 4º e 5º do artigo 1º e do artigo 12.

§ 2º- Quando das reuniões, serão convocados os titulares e também os suplentes.

§ 3º- Os suplentes terão direito à voz quando da presença dos titulares, e, direito à voz e voto quando da ausência daquele.

Artigo 8º- Perderá a representação o órgão, Entidade ou Membro que faltar a três (03) reuniões ordinárias consecutivas ou a seis (06) alternadas durante o ano.

Parágrafo único- Em casos especiais, e por encaminhamento de dez por cento dos seus membros, o CONTUR poderá deliberar, caso a caso, a reinclusão de membros eliminados pelo "Caput" deste artigo, mediante a aprovação em escrutínio secreto e por maioria absoluta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRÍTO SANTO DO TURVO

ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ/MF 57.264.509/0001-69

Artigo 9º- Por falta de decoro ou por atitude condenável, o CONTUR poderá expulsar o membro infrator, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição no tempo remanescente anterior.

Artigo 10- As sessões do CONTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência, inclusive na imprensa local, e abertas ao público que queira assisti-las.

Artigo 11- O CONTUR poderá ter convidados especiais, sem direito a voto, com a freqüência que for desejável, sejam personalidades ou entidades, desde que devidamente aprovado por maioria absoluta de seus membros.

Artigo 12- O CONTUR poderá prestar homenagens à personalidades ou entidades, desde que a proposta seja aprovada, em escrutínio secreto, por dois terços de seus membros ativos.

Artigo 13- A Prefeitura Municipal cederá local e espaço para a realização das reuniões do CONTUR, bem como cederá um ou mais funcionários e os materiais necessários que garantam o bom desempenho das referidas reuniões.

Artigo 14- As funções dos membros do CONTUR não serão remuneradas, sendo consideradas relevantes serviços prestados ao Município.

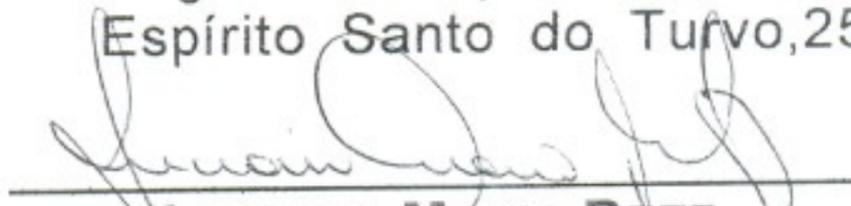
Artigo 15- Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, "ad referendum" do Conselho.

Artigo 16- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre-se e publique-se.

Espírito Santo do Turvo, 25 de abril de

2006.


LUCIANA MARIA RETZ
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
ESPIRITO SANTO DO TURVO - S.P

Registrado nesta Secretaria sob n.
017.16